

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008055-83.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **João Rodrigues de Souza**
 Requerido: **Banco Itau S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

JOÃO RODRIGUES DE SOUZA ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c.c. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS c.c. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **BANCO ITAÚ S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que em determinada data passou a receber cartas de cobrança da instituição financeira ré. Assegura que jamais avençou algum tipo de contrato com o banco requerido e quando se dirigiu até a agência simplesmente foi informado da existência das pendências e percebeu também que seu nome estaria com restrições, não podendo realizar compras a prazo no comércio. Requereu preliminarmente a tutela antecipada para exclusão de seu nome do cadastro de maus pagadores, a inversão do ônus da prova em consonância com o CDC e por fim a total procedência da demanda com a condenação da instituição financeira ao pagamento de indenização a título de danos morais e ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. A inicial veio instruída por documentos às fls. 09/21.

Deferida tutela antecipada e expedido ofício às fls. 22/23. Ofícios carreados às fls. 28/30 e 36/37.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Devidamente citado o banco réu apresentou contestação alegando que: 1) o débito do caso em tela é referente a um cartão de crédito; 2) há litigância de má-fé em decorrência da comprovada relação existente devido o avençado, logo não há que se falar em dano material ou moral devido ao fato de o débito ser legítimo; 3) não há pressupostos para caracterizar o direito a inversão do ônus da prova. Requereu a improcedência dos pedidos elencados na exordial com a condenação do autor ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

Sobreveio réplica às fls. 99/101.

As partes foram convocadas para tentativa de conciliação às fls. 107 que restou infrutífera conforme fls. 111/112.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se estabilizou a controvérsia por entender completa a cognição.

O autor vem a Juízo alegando, basicamente, nunca ter firmado qualquer avença com o réu. A respeito cf. fls. 02, item 03.

Ocorre que após ser convocado pelo despacho de fls.102 alterou a narrativa, passando a sustentar **apenas desconhecer as compras lançadas no cartão de crédito** cujas faturas seguem as fls. 66/88. Peticionando às fls. 105/106 acabou "*lembrando*" ter comprado uma geladeira, de forma parcelada no "Extra".

E, nas faturas do cartão exibido constam vários lançamentos do referido estabelecimento comercial.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aliás, ao que se logrou apurar o sobredito **cartão foi utilizado por quase um ano...**

É óbvio que o autor se vinculou voluntariamente ao serviço e não pode sustentar desconhecimento da existência do cartão de crédito mencionado e, ainda, das compras com ele realizadas.

Como se tal não bastasse, o Juízo não pode deixar de reconhecer que, contemporânea à restrição discutida, o autor registrou outra, por ordem da empresa CLARO S/A de 05/12/2012 a 21/02/2014 (a respeito confira-se fls. 36). Assim, não se pode dizer que possuía ele um nome pelo qual zelar, não fazendo jus a qualquer indenização.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª Câmara Cível – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).

A respeito temos, ainda, a **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cancelamento”.

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com o autor.

É o que fica decidido.

Mais, creio, é desnecessário, acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial.**

Revogo a liminar concedida a fls. 22. Após o trânsito, expeça-se o necessário.

Sucumbente, arcará o autor com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 788,00, observado o disposto no art. 12 da LAJ.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**